

# Os corações dos estudantes mudaram o Brasil

*A UNE faz um congresso no Rio e reaviva a chama do movimento estudantil, que em 1968 fez História*

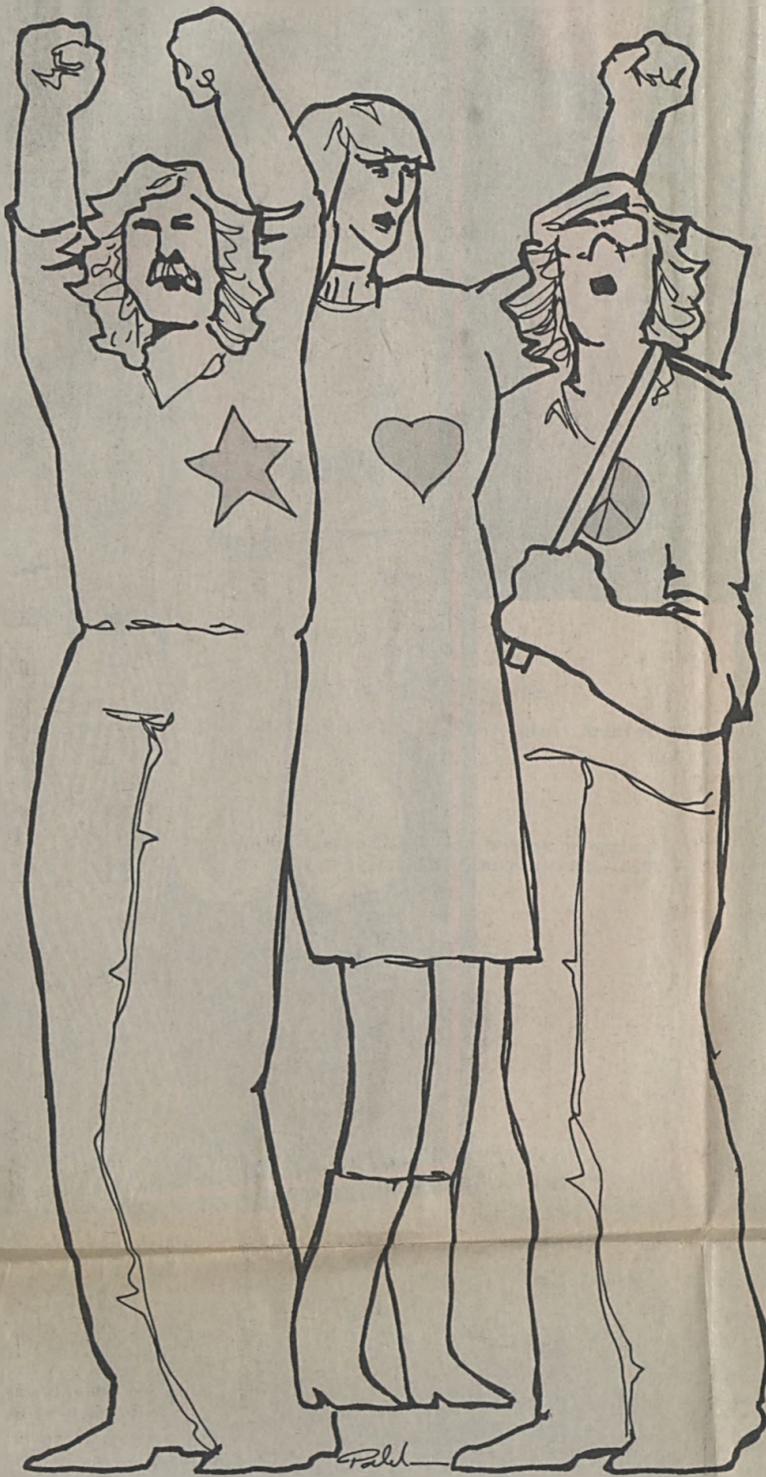
Genoveva Ruisdilas

No dia 25 de junho de 1968, o Rio de Janeiro foi sacudido por uma passeata com a participação de cem mil pessoas, que repudiou o assassinato de um jovem estudante secundarista, Edson Luís Lima Souto, durante repressão policial a uma manifestação pacífica contra o fechamento do restaurante universitário Calabouço. Essa manifestação há 24 anos, marcou 1968 como o ano de protesto contra os rumos para os quais o País estava sendo levado, tendo à frente o movimento estudantil como porta-voz da insatisfação da sociedade em relação ao regime militar.

Nesse último final de semana, também no Rio de Janeiro, foi realizado mais um congresso da UNE — União Nacional dos Estudantes —, o 42º de sua existência, que reuniu cerca de cinco mil estudantes, dos quais três mil e 800 delegados, em torno de discussões em defesa da universidade pública e gratuita, da vinculação das mensalidades das universidades particulares ao aumento médio dos salários (a ser estabelecido pelo Dieese) e, de repúdio ao governo Collor.

Mesmo estando mais organizado que os dois últimos congressos, os estudantes pretendem melhorar sua organização junto às entidades de base, grêmios e centros acadêmicos.

E o que aconteceu a esse movimento que há 30 anos conseguia arrastar multidões, sensibilizar e carregar a bandeira de tanta gente e que agora, parece restrito às paredes das escolas e universidades? Qual foi a participação da mulher nesses movimentos? Onde estão as lideranças estudantis do passado e quem são as atuais? Por que, aparentemente, os estudantes parecem distantes dos problemas nacionais? Essas e outras respostas podem ser encontradas nos depoimentos de algumas pessoas que participaram e das que atualmente lideram o movimento estudantil no Brasil e em Brasília.



Maria José da Conceição, mais conhecida como Maninha, hoje com 42 anos, é membro da diretoria colegiada do Sindicato dos Médicos de Brasília, além de secretária-geral da Federação Nacional dos Médicos e uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores em Brasília.

Em 1969, ela entrou para a Universidade de Brasília e no período 1970-1971, fez parte de um triunvirato, juntamente com Hélio Doyle e Orlando Carriello, que substituiu a diretoria da FEUB — Federação dos Estudantes da UnB, que havia caído na clandestinidade.

Maninha foi presa com seu companheiro na época, em outubro de 1971 e sofreu torturas psicológicas que a fizeram abortar (estava com dois meses de gravidez). Foi processada (o processo levou vários anos), julgada pelo Supremo Tribunal Militar (STM) e absolvida. Em 1970, foi afastada da UnB pelo então reitor, professor José Carlos Azevedo, que através de atos administrativos, impedia sua matrícula. Junto com Ivonete Santiago de Almeida, entrou com uma ação no TFR. Após dois anos (de 1970 a 1972) ficou fora da UnB, as duas tiveram ganho de causa na ação. Em 1974, ela conseguiu se formar.

“Outro dia mesmo, minha filha de 17 anos me perguntou se eu havia sido hippie quando jovem. Expliquei para ela o que havíamos feito na época de estudantes, que éramos ligados a uma geração que brigou e se envolveu muito com o movimento em defesa da democracia”, diz Maninha.

Ela se recorda das diversas vezes em que a UnB foi invadida pela polícia, das passeatas e estudantis, da repressão policial, das prisões. E, em especial, de uma estudante, Heilda Mary Veiga Fonteles de Lima, de 25

anos, presa em 1972 e que teve um parto prematuro. E, 24 horas depois, disseram-lhe que ela ia voltar ao PIC e passaram a lhe aplicar injeções para que o seu leite secasse. “Muitos morreram ou simplesmente desapareceram”, afirma Maninha (veja box).

**Na linha de frente** — Na opinião de Maninha, a mulher

teve uma participação importante no movimento estudantil e em todas as discussões, fazendo parte da linha de frente de organizações clandestinas, além de ser mãe, irmã e companheira. Foi a partir dessas discussões que outros movimentos cresceram como o próprio movimento feminista, fazendo surgir nomes como o de Heloneida Studart.

Para Maninha, a geração que hoje lidera o movimento estudantil nasceu após 1964, viveu a maior parte de suas vidas durante o regime militar e não teve praticamente acesso a nada. “É uma geração alheia ao que se passa, despolitizada e que não participa. Mesmo que ela esteja adquirindo agora maior consciência das coisas e que o movimento comece a se fortalecer, jamais será igual ao período de 1968 a 1972”, conclui.

Já Margrit Schimidt (Meg), de 33 anos e

atualmente assessora do senador José Carlos Bisol, foi no período de 1980/1981, presidente do DCE da UnB, representando na época uma tendência política (Libelu), de aliança entre duas tendências trotskistas.

Ela se recorda com saudades do movimento estudantil da década de 80. “Acreditávamos que tudo poderia mudar e defendíamos todas as bandeiras relativas à luta democrática”, diz ela, que estudou Sociologia durante o período em que também era reitor, o professor José Carlos Azevedo.

Meg fez também mestrado em Ciências Políticas e chegou a assessorar, durante quatro anos, o também reitor da UnB, Cristóvão Buarque. “Hoje, mesmo não tendo entrado para a política, sou filiada ao PT. Gosto do Genoíno, Mercadante, admiro a Maria Laura e mesmo o Lula, apesar do fato de ele não ter retornado à Câmara Federal”, afirma ela.

Carlos Alberto Torres, 46 anos, deputado federal pelo PPS, fala da união contra os adversários comuns na época: a ditadura e o autoritarismo. “A juventude tinha a convicção de ter um projeto histórico. A minha geração participou de movimentos importantes na área cultural, de contestação, do movimento hippie, do advento da pílula, dos Beatles, do processo de liberação feminina. Essa fase já é um patrimônio da juventude”, diz ele.

Segundo Carlos Alberto, a esquerda hoje não consegue mais ter um discurso convincente para a juventude. “E do ponto de vista humano, não há mais um discurso coletivo. Conquistado o Estado de Direito, o pessoal está saindo para soluções individuais, compreendido como a ausência de um projeto nacional”.

## Elas hoje lideram as lutas, apesar dos preconceitos

Ela tem 22 anos, é paraense e estuda no Colégio Estadual Roosevelt de São Paulo, onde faz o primeiro ano do segundo grau. Seu nome: Leila Márcia Santos, filiada ao PC do B e presidente de uma das organizações estudantis mais fortes do ensino secundarista: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), fundada em 1948. Existem atualmente 32 milhões de estudantes de primeiro e de segundo graus em todo País.

Há dois anos, Leila dirige a entidade, que conta com 200 escolas municipais filiadas. “São 21 diretores que dirigem a Ubes e apenas duas mulheres”, diz ela, confirmando a existência de preconceito com relação à atuação feminina no movimento estudantil. “Há a pressão da família, principalmente dos pais, dizendo que a militância não dá resultado e o marido é aprender a cuidar de casa e do marido”.

Leila afirma que a Ubes também sofreu bastante na época da ditadura e que foi reorganizada em 1981. “Nossa luta principal é a defesa de uma escola pública de qualidade e melhor aparelhamento para as escolas”, diz ela.

Segundo ela, a entidade apoia a luta dos professores por melhores salários, mas as inúmeras greves têm prejudicado. No Piauí, por exemplo, os estudantes ficaram nove meses sem aulas e perderam o ano letivo.

A Ubes também acompanha com interesse projetos de lei junto ao Legislativo, como a votação da Lei de Diretrizes e Bases e o

projeto de liberação de mensalidades, além de outros.

**Lutas** — Adriana Campestrini, 20 anos, filiada ao PC do B, faz curso de Nutrição e é uma das lideranças femininas da UnB, apesar de considerar que é difícil definir-se lideranças atualmente, principalmente na Universidade de Brasília.

Foi presidente da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas na gestão de 1988/1989, durante a época que considerou como de movimento menos participativo do que na gestão anterior, que chegou a encaminhar lutas como o direito ao voto aos 16 anos na Constituinte. “Encaminhamos lutas relativas à questão das mensalidades escolares e passagens de ônibus”.

Para ela, a UnB está começando a organizar os Centros Acadêmicos e a reestruturar o DCE. “Os conselhos dos CAs se reúnem pelo menos a cada 15 dias e a mulher tem se interessado pela sua participação no movimento”, diz ela, que representou o seu curso no 42º Congresso da UNE, realizado recentemente.

“O movimento atualmente está mais voltado para as questões específicas da universidade e educação. Falta uma bandeira maior que unifique e fortaleça o movimento”, afirma Adriana.

**Vitórias** — Vera Lúcia Cavalcante Soares, 25 anos, faz o quinto semestre de História no Ceub e é filiada ao PPS. Há dois meses é a única representante feminina em uma comissão, junto ao DCE, que é responsável por negociações dos estudantes junto à direção da instituição, na briga por causa das altas mensalidades e a qualidade de ensino.

“Já conseguimos vitórias, pois a direção do Ceub queria dar um aumento de 70 por cento em cima da mensalidade de junho. Conseguimos fazer este percentual cair para 34 por cento a partir de 5 de junho, além de outras pequenas conquistas”, afirma Vera.

Segundo ela, o Ceub tem fama de ser um centro de ensino de filhinhos de papai, mas acredita que haverá uma evasão muito grande no próximo semestre, pois as mensalidades dos cursos ficarão em torno de Cr\$ 1 milhão. “A luta não é só pela questão econômica. Envolve também a questão do ensino num contexto social. Queremos levantar outras bandeiras, pois o Governo relegou a educação e a saúde para o último plano. Buscamos também o apoio do Legislativo”, diz ela.

PAOLA ANTONY



Adriana: nova líder

DIDA SAMPAIO



Vera: conquistas

## Aqueles tempos muito sombrios

Do total de 349 nomes relacionados de 1964 a 1979 pelo Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, documento elaborado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, seção do Rio Grande do Sul, 104 são de estudantes, demonstrando que foi o movimento estudantil um dos principais segmentos eleitos pelo regime militar como um inimigo a ser reprimido a qualquer custo. Muitos foram simplesmente assassinados, a grande maioria das lideranças passou pelos horrores da tortura, outros viram-se obrigados a entrar para a clandestinidade ou desapareceram.

A Comissão Externa para Desaparecidos Políticos após 1964 da Câmara Federal tem relacionado 144 desaparecidos, entre eles, 16 mulheres, e, desde a sua instalação em dezembro do ano passado, conseguiu solucionar oito casos, empenhando-se atualmente, na resolução do caso Honestino Guimarães, ex-presidente da UNE.

Um indicador da violência com que o regime se empenhou em combater a organização e a participação dos estudantes é o próprio destino dos dirigentes desta entidade que tiveram a sua gestão na década de 60: quatro deles foram presos, dois exilados, dois banidos e um deles, Honestino, desapareceu em 1972.

Segundo a publicação Brasil: Nunca Mais, que baseou seu relatório em processos políticos formados na Justiça Militar, dos 707 processos pesquisados, 7.367 pessoas foram levadas ao banco dos réus. Desses, 88 por cento eram do sexo masculino e apenas 12 por cento eram mulheres. Os números que causaram impacto foram os referentes à idade dos atingidos: 38,9 por cento tinham idade igual ou inferior a 25 anos. De 2 mil 868 jovens, 91 não tinham atingido sequer os 18 anos.

A primeira tentativa para destruir as entidades autônomas dos estudantes veio com a Lei nº 4.464, de 9.11.1964, a chamada Lei Suplicy de Lacerta, que criava o Diretório Nacional dos Estudantes para substituir a UNE, os diretórios estaduais no lugar das uniões estaduais e, os diretórios acadêmicos em vez dos centros acadêmicos e grêmios.

A UNE e as UEEs foram tornadas ilegais pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e o Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, originário do famigerado AI-5, marcou todo um período de repressão sobre a vida acadêmica.

Esse decreto-lei previa como punição o afastamento da universidade, de três a cinco anos, do professor ou estudante que incitasse, colaborasse ou participasse de paralisação de aulas, passeatas, comícios ou desfiles não autorizados. De 1969 a 1973, 263 pessoas foram punidas com o 477. Depois de sua reconstrução em 1979, a UNE voltou a participar de episódios políticos como a campanha pela anistia. (G.R.)